

CPI ouve desembargador acusado de concessão irregular de alvarás



Comissão começa a analisar amanhã denúncias sobre problemas na administração da massa falida da Encol

A CPI do Judiciário ouve hoje, a partir das 17h, o desembargador Daniel Ferreira da Silva, do Tribunal de Justiça do Amazonas, sobre denúncias de irregularidades na concessão de alvarás de soltura. Ele é o primeiro depoente na retomada dos trabalhos da comissão.

Amanhã, a CPI começa a examinar denúncias, publicadas na revista *IstoÉ*, de irregularidades na falência da construtora Encol. Estão convocados para depor quatro advogados que fizeram acusações contra o juiz da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, Avenir Passos de Oliveira.

A CPI quer ouvir a versão do desembargador para as denúncias de que ele teria usado argumentos inconsistentes para justificar os alvarás de soltura

PÁGINA 4

CPI DOS BANCOS

Banqueiros deverão depor sobre o Proer

Banqueiros e ex-banqueiros que participaram de alguma forma do Proer, comprando ou vendendo instituições financeiras com o apoio do Banco Central, poderão ser convocados a depor na CPI do Sistema Financeiro. Decisão sobre o assunto deve ser adotada hoje pela comissão, que começou a tomar depoimentos sobre o Proer em junho, mas interrompeu as audiências com o recesso parlamentar de julho. A CPI investiga o Proer para saber por que o sistema financeiro continua frágil depois de receber mais de R\$ 20 bilhões para sua reestruturação.

PÁGINA 4



A CPI do Sistema Financeiro decidiu requisitar ao Banco Central documentos detalhados sobre o caso Bamerindus

Plenário aprecia acordos com a Colômbia e a Argentina

PÁGINA 3

ACM discute com líderes proposta de fundo contra pobreza

PÁGINA 2

CCJ examina hoje projetos para a reforma política

PÁGINA 4

ACM apresenta aos líderes proposta contra pobreza

Presidente do Senado afirma que sociedade deverá comandar aplicação dos recursos, estimados em mais de R\$ 6 bilhões anuais

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pretende discutir com as lideranças partidárias, nos próximos dias, sua proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A idéia foi lançada durante o recesso parlamentar de julho e o senador quer ouvir a opinião dos líderes sobre a iniciativa. Sua proposta incluirá uma emenda à Constituição e um projeto de lei complementar e não implica aumento de impostos, mas o remanejamento de recursos:

– Não há aumento de imposto e quem fala isso fala de má-fé – tem garantido o senador.

A previsão inicial é de uma arrecadação de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano. O fundo funcionaria a partir do ano que vem até 2010, e seria geri-

do por um conselho nacional com participação da sociedade civil, de forma a assegurar a correta aplicação do dinheiro em ações de combate à pobreza:

– A sociedade é que vai comandar o processo. Todos vão fiscalizar de perto – afirmou Antonio Carlos.

Já a aplicação dos recursos seria feita preferencialmente por meio de convênios com o programa Comunidade Solidária, evitando-se o repasse pelos ministérios e a burocracia envolvida. Antonio Carlos tem demonstrado confiança na aprovação de



Antonio Carlos: "Não há aumento de imposto e quem fala isso fala de má-fé"

sua proposta pelo Congresso Nacional, e vem reiterando que ela está aberta ao debate:

– Apresentei para ser criticado e até corrigido. A contribuição será pequena diante das deduções. É extremamente razoável – acrescentou.

O senador acredita também no apoio da opinião pública:

– Não é aumento para quem não pode. É um tributo para quem pode. É alguma coisa que se pode fazer até de acordo com a sociedade. Não tenho a menor dúvida de que qualquer pessoa paga – disse.

Cristovam acha importante abrir discussão

Em entrevista ao programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, apresentado na última sexta-feira, o ex-governador Cristovam Buarque disse considerar "muito positivo que o senador Antonio Carlos Magalhães tenha trazido o problema da pobreza para a agenda nacional".

Para o ex-governador do Distrito Federal e atual presidente da organização não-governamental Missão Criança, o que importa é sair da lógica econômica e inverter a hierarquia das dívidas a serem pagas pelo país, priorizando a dívida social em detrimento da dívida com os bancos nacionais e internacionais. Em princípio, afirmou, não é preciso aumentar impostos para começar a

erradicar a pobreza já.

A entrevista, com base no tema Erradicação da Pobreza, foi concedida aos jornalistas Helival Rios e Ribamar Fonseca na sexta-feira, para ser transmitida pela TV Senado no mesmo dia, com reapresentação no último domingo (dia 1º), no mesmo horário.

Cristovam Buarque disse que, quando um adversário político defende uma proposta como a de erradicar a pobreza no país, é preciso "louvá-lo, parabenizá-lo, conversar com ele". Depois, acrescentou, "pode-se até vir a descobrir que ele estava fazendo *marketing*, mas dizer isso, hoje, é falta de sensibilidade".

Na opinião do ex-governador do DF, a lógica econômica, no mundo in-

teiro, só fez aumentar a riqueza de poucos e a pobreza de muitos. Invertê-la, conforme disse, implica dar prioridade, em primeiro lugar, a boas escolas, saneamento básico, transporte urbano e moradia.

No entendimento de Cristovam Buarque, isso não implica deixar de pagar as dívidas externa e interna, "pois dívida é sagrada, mas vamos pagar primeiro a dívida com as crianças, negros, pobres e doentes". Para exemplificar essa inversão de lógica, ele se referiu a um pai de família comum, que antes de tudo destina parte de seu salário à garantia das necessidades básicas de seus filhos para, se sobrar, pagar a prestação de um carro, e não o inverso.

Comissão fez quatro reuniões no recesso

A Comissão Representativa do Congresso Nacional realizou quatro reuniões durante o recesso de julho. Deputados e senadores ouviram esclarecimentos do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, sobre os problemas no sistema de telefonia no país e questionaram o ex-secretário de Políticas Regionais, Ovídio de Angelis, a respeito da concessão de

recursos para o estado de Goiás.

A comissão foi instalada no dia 7 e teve como presidente o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Ela tinha poderes para tomar qualquer medida de defesa das prerrogativas do Legislativo.

Integraram a comissão sete senadores e 16 deputados. Os senadores titulares foram Carlos Patrocínio (PFL-

TO), Bello Parga (PFL-MA), Djalma Falcão (PMDB-AL), Luiz Estevão (PMDB-DF), Nabor Júnior (PMDB-AC), Lauro Campos (PT-DF) e Geraldo Melo. Os suplentes foram Edison Lobão (PFL-MA), Francelino Pereira (PFL-MG), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Gilvam Borges (PMDB-AP), Iris Rezende (PMDB-GO), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Marina Silva (PT-AC).



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 44/98, que dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo Norte, nos estados do Pará e Maranhão; *PLC nº 60/98, que estabelece, em todo o país, a data de 1º de junho de cada ano para as comemorações do Dia da Imprensa; *PDL nº 9/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre os governos do Brasil e Argentina; *PDL nº 26/99, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfico de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado entre os governos do Brasil e Colômbia; e *PR nº 40/99, que altera a redação dos arts. 1º e 2º da Resolução do Senado Federal nº 73, de 1º de julho de 1998, que autoriza o estado do Paraná a realizar operação de crédito junto à CEF, no âmbito do Programa Pró-Moradia.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PRS nº 33/99, que estabelece alíquota do ICMS nas operações interestaduais; *PLC nº 63/96, que trata da transferência de recursos federais para programas de alimentação escolar e do livro didático; *PLC nº 99/96, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar; *PLC nº 27/98, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Infância, que dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; *PLS nº 84/99, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos; *PLC nº 76/95, alterando a redação do art. 2º da Lei nº 5.698/71, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social; *PLS nº 266/99, que dispõe sobre o incentivo fiscal a doações de equipamentos e matérias-primas a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos para pessoas carentes; *PLS nº 55/99, que altera a redação do parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h – Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 178/99, que proíbe coligações nas eleições proporcionais; *PLS nº 187/99, que amplia o prazo de filiação partidária; *PEC nº 10/99, que suprime a reeleição para prefeitos e propõe a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 194/99, altera a Lei 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 99/99, que altera os arts. 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos e regulamenta os arts. 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais; e *PLS nº 190/99 - Complementar, que altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.192/95, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; *PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; *PLS nº 235/99, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial; *PLC nº 53/97, regulamenta o art. 213 da Constituição federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos; e *PDLs nºs 54, 95, 57, 98, 97, 79, de 1999, e 106/97, que renovam concessões para exploração de serviço de radiodifusão sonora. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI do Judiciário

Pauta: Tomada do depoimento do desembargador Daniel Ferreira da Silva, de Manaus, que falará sobre denúncias de irregularidades na concessão de alvarás de soltura. Sala 3 - Ala Senador Nilo Coelho

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *PLC nº 47/98, dá nova redação a dispositivo da Lei nº 2.929/56, que disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas; *PDL nº 117/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre os governos do Brasil e Jamaica; *PDL nº 119/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, celebrado entre os governos do Brasil e França; e *Requerimento s/nº/99, solicitando audiência pública sobre o tema "A Amazônia - patrimônio ameaçado?", com as seguintes autoridades: gen. Gleuber Vieira, comandante do Exército; embaixador Luiz Felipe Lampreia, ministro das Relações Exteriores; José Sarney Filho, ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; representante do Greenpeace; padre Paulino Baldassari; e senador Gilberto Mestrinho. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalma Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Melo exalta vantagens da agroindústria do açúcar

A agroindústria do açúcar e do álcool pode trazer soluções para o problema do desemprego no Brasil, afirmou em entrevista o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), lembrando que esta é uma atividade "exclusivamente brasileira".

Esse setor da economia, frisou o senador, gera empregos e exportação e produz alguns bilhões de reais em impostos, além de absorver mão-de-obra menos qualificada, a mais atingida pelo desemprego. Por isso, disse o parlamentar, essa atividade deve ser encarada com otimismo



Geraldo Melo

pelo governo federal.

Geraldo Melo sustentou que a agroindústria do açúcar e do álcool oferece um milhão e cem mil empregos, distribuídos em quase 400 empresas que, somadas, constituem o único e último grande setor da economia nacional que pertence exclusivamente a brasileiros.

Ele lembrou também a redução da demanda de energia elétrica e do consumo dos derivados de petróleo, uma vez que o combustível usado nessas indústrias é o próprio bagaço de cana.

Cândido quer debater tombamento dos Lagos

Relator do projeto de lei que define regras para a preservação da concepção urbanística de Brasília, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) quer que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realize audiência pública com autoridades do Distrito Federal para decidir sobre a oportunidade e conveniência da proposta, de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

O requerimento do relator está na pauta da CI do próximo dia 10 de agosto. A comissão, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), deverá ouvir, segundo a proposta de Cândido, o ex-secretário de Desenvolvimento Urbano, Paulo Bicca, a secretária de Habitação, Ivelise Longhi, o coordenador da 14ª Regional do Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Marcelo Brito, e o presidente do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal, Silvano Pereira.

Em seu projeto, o senador pelo DF sugere a inclusão de quatro áreas, dos bairros Lago Sul e Lago Norte, no conjunto urbanístico da capital. Para Estevão, "é notória a preocupação da sociedade de que eventuais intervenções venham a descaracterizar o projeto original de Brasília":

— As áreas abrangidas na proposição constituem complemento significativo da escala bucólica da cidade, caracterizando-se pelo predomínio do verde, idéia do urbanista Lúcio Costa — justifica Estevão, ao identificar a fragilidade legal da preservação dos bairros citados.



Geraldo Cândido

Livro de Sarney será transformado em filme

Com roteiro do próprio autor, o livro *O dono do mar*, do senador José Sarney (PMDB-AP), será transformado em filme no próximo ano, quando começará a ser rodado pela produtora Chroma. O livro está na 8ª edição brasileira e, ao vender seus direitos para filmagem, o autor exigiu fidelidade ao texto.

Sarney, ex-presidente da República e membro da Academia Brasileira de Letras, reconhece que mesmo para ele não é fácil a convivência com os papéis de político e escritor:

— É um dilema que eu tenho carregado a vida inteira. Eu sempre digo que para mim a literatura foi a vocação, sempre tive uma compulsão de ler, de escrever. Minha vida toda tem



José Sarney

sido marcada por essas duas vertentes. E eu fico muito feliz com a política, que tem me dado oportunidades extraordinárias para trabalhar para os outros — explicou o senador.

Quanto ao filme, José Sarney revelou que está confiante na possibilidade de que as locações sejam feitas nos Lençóis Maranhenses, na costa do estado:

— É no "golfão" do Maranhão que se passa a história de *O dono do mar*. Trata-se de uma área muito bonita, que se estende por 200 quilômetros e tem vilas de pescadores, e foram essas vilas de pescadores na beira da praia que realmente me levaram a escrever esse livro — afirmou.

Senado deve votar hoje dois acordos internacionais

Brasil busca cooperação com a Colômbia contra o envolvimento de aeronaves em atividades ilícitas, e com a Argentina na área de tecnologia

O plenário do Senado aprecia hoje dois acordos internacionais celebrados pelo Brasil com a Colômbia e a Argentina. O primeiro trata do combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas e o segundo texto dispõe sobre cooperação tecnológica. Os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentaram pareceres favoráveis às matérias.

Na mesma sessão, o plenário vota alteração da resolução que autorizou o estado do Paraná a contratar crédito de cerca de R\$ 34 milhões junto à Caixa Econômica Federal (CEF). Os recursos serão destinados aos programas Pró-Moradia e de Financiamento Individual através de Carta de Crédito (Pró-Cred). No texto anterior, a CEF havia englobado os montantes como se referissem integralmente ao programa Pró-

Moradia, sem destacar que uma parcela de quase R\$ 4 milhões destinava-se ao Pró-Cred. A correção foi proposta pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) e acatada pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA).

Para amanhã, a pauta inclui duas propostas que tratam do ensino dos Direitos Humanos nos cursos fundamental e médio. Ambas têm parecer favorável dos relatores.

Sessão especial fará homenagem a Montoro

O Senado realizará, em data a ser marcada, sessão especial em homenagem ao ex-governador André Franco Montoro, conforme requerimento aprovado ontem pelo plenário e apresentado pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). Após os encaminhamentos favoráveis, a sessão foi suspensa.

Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), como homem público exemplar que foi, Franco Montoro "teve o privilégio de tombar praticamente na trincheira", pois faleceu após ter tido um enfarte no aeroporto de Cumbica (SP), a caminho do México, onde defenderia a criação de um fundo internacional composto por taxa sobre o movimento de capitais financeiros.

Pessoa extremamente cordata, católico praticante e "muito afinado com os ideais da democracia cristã", acenou o senador, Franco Montoro tra-

balhou incansavelmente até o fim. Outro aspecto destacado por Alcântara na personalidade de Montoro foi sua preocupação permanente com a juventude e o recrutamento de novas lideranças para o sistema político nacional, qualidade evidenciada quando ele foi governador do estado de São Paulo e trouxe para a vida pública José Serra, Andrea Calabi, Clóvis Carvalho e o próprio Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

Foi também Franco Montoro quem, segundo o senador, primeiramente estimulou a mobilização política pela aprovação da emenda constitucional que instituiu eleições diretas para a Presidência da República. Este teria sido, na opinião do senador, o momento culminante da vida pública de um político que foi também um humanista, "profundamente ligado aos anseios da sociedade".

Ao se associar à homenagem, o se-



Lúcio Alcântara avaliou que Franco Montoro foi "um homem público exemplar"

nador Gerson Camata (PMDB-ES) salientou que, ainda em plena ditadura, Montoro dirigiu-se a Minas Gerais para encontrar-se com Tancredo Neves e os editoriais da grande imprensa foram unânimes em recomendar cautela aos governadores de oposição, "para não cutucar a onça com vara curta".

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), por sua vez, destacou que, como homem público de Parlamento e de Executivo, Franco Montoro foi inatacável, mantendo-se fiel a seus compromissos com a democracia, o parlamentarismo e a justiça social.

Pesar pela morte de Paulo Coelho Machado

O Senado aprovou ontem requerimento de pesar pelo falecimento do professor Paulo Coelho Machado, ocorrido no dia 26 de julho passado. Ao encaminhar o requerimento, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu que a Casa enviasse condolências à família, à universidade e à Câmara de Vereadores de Campo Grande, bem como ao governo do estado de Mato Grosso do Sul, junto ao qual o professor exerceu o cargo de secretário.

Segundo Tebet, Paulo Coelho Machado foi um homem sensível, de inteligência brilhante e memória extraordi-



Tebet, autor do requerimento, exaltou legado do professor

nária, que se destacou em Mato Grosso do Sul como professor, advogado, político e escritor. "Ele resgatou a história de Campo Grande, escrevendo sobre suas ruas e habitantes. Como professor de Direito Civil, despertou o gosto pela Justiça em seus numerosos alunos", ressaltou.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) se associou à homenagem, lembrando ser o professor Machado um nome bastante respeitado também em Goiás. "Ele deixa para as gerações futuras um exemplo de homem irrepreensível na vida pública e particular", disse Maguito.

CRE pode fazer debate sobre a Amazônia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia hoje, a partir das 17h30, requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo audiência pública com os ministros do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, e das Relações Exteriores, com o comandante do Exército, general Gleuber Vieira, um representante do Greenpeace e outro da Igreja sobre o tema "A Amazônia — Patrimônio Ameaçado?". A reunião, segundo a proposta de Viana, seria nos moldes de uma mesa-redonda e contaria também com a participação do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A CRE aprecia ainda acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a Jamaica e proposta sobre alteração ou retificação de idade de oficiais das Forças Armadas.

CPI do Judiciário investiga concessão irregular de alvarás de soltura

O desembargador Daniel Ferreira da Silva, primeiro depoente na retomada dos trabalhos da comissão, falará sobre denúncias de irregularidades no Tribunal de Justiça do Amazonas

O desembargador Daniel Ferreira da Silva, do Tribunal de Justiça do Amazonas, é o primeiro depoente na retomada dos trabalhos da CPI do Judiciário. Hoje, a partir das 17h, ele falará à comissão sobre as denúncias de irregularidades na concessão de alvarás de soltura. De acordo com o depoimento do procurador João Bosco Valente, Daniel Ferreira usou argumentos jurídicos "totalmente inconsistentes" para justificar os alvarás. A CPI começa amanhã a analisar o

caso Encol. Reportagem publicada na revista *IstoÉ* informa que o ex-dono da construtora Encol teria subornado o juiz da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, Avenir Passos de Oliveira, para que não fosse decretada a falência da empresa. Ainda segundo a revista, o suborno chegaria a cerca de R\$ 1 milhão. Estão convocados para depor os advogados Sérgio Mello da Paixão, Paulo Roberto Viana Martins, Neiron Cruvinel e Waldomiro Azevedo Fer-

reira, que, conforme a reportagem, seriam os autores da denúncia.

– Todos atuam na Vara de Falências, sendo que os três primeiros são advogados da Encol, contratados pelo empresário Pedro Paulo de Souza. Eles têm denúncias graves contra o juiz Avenir Oliveira, o ex-síndico da massa falida, Habib Badião e o também advogado Micael Mateus – justificou o vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que pediu a convocação dos advogados.



Carlos Wilson quer detalhes de denúncias feitas por advogados

CCJ discute propostas ligadas à reforma político-partidária

A primeira reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no reinício dos trabalhos legislativos, marcada para hoje, às 10 horas, será extraordinária e destinada a exame e votação de matérias relacionadas à reforma político-partidária.

Os senadores vão examinar, no primeiro item da pauta, a emenda de plenário oferecida ao projeto de lei do senador Sérgio Machado



Machado defende fim de coligações em eleições proporcionais

Valadares, sua emenda tem por objetivo garantir a presença dos partidos políticos tradicionais de esquerda no Congresso Nacional.

O segundo item da pauta é o projeto de lei do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que amplia o prazo de filiação partidária. De acordo com o projeto, para concorrer a cargo eletivo majoritário ou

proporcional, o eleitor deverá estar filiado ao partido pelo prazo de um ano, em caso de primeira filiação.

Também será examinada proposta de emenda constitucional, de autoria de José Eduardo Dutra (PT-SE) e outros senadores, que suprime a reeleição para prefeitos, estabelecendo a desincompatibilização para vários casos. O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), deu parecer favorável na forma de um substitutivo.

Oito matérias na pauta da reunião de amanhã

Em sua segunda reunião após o recesso parlamentar, amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá apreciar uma pauta de oito itens, entre eles substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) ao projeto do senador José Alencar (PMDB-MG) que convalida atos praticados com base nas resoluções do Senado sobre operações de crédito para reestruturação e ajuste fiscal dos estados, redução do setor público na atividade bancária e privatização dos bancos estaduais.

Presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), a CCJ apreciará ainda proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) estabelecendo que os delegados de polícia dos estados, do Distrito Federal e da Polícia Federal serão organizados em carreira na qual ingressarão por concurso público de provas e títulos. A proposta tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Também na pauta, outro projeto, já aprovado pela Câmara, disciplina a gestão democrática nos estabelecimentos públicos de ensino, nos níveis fundamental e médio.

Comissão de inquérito define depoimentos sobre Proer

A CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro deve se reunir ao final do dia para decidir sobre a convocação de banqueiros e ex-banqueiros que participaram de alguma forma do Proer, seja vendendo ou comprando instituições financeiras com o apoio do Banco Central.

A CPI começou a tomar depoimentos sobre o Proer em junho, mas interrompeu o assunto uma semana antes do recesso parlamentar, depois de ter ouvido o ex-dono do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, e o presidente do banco que comprou a instituição, o grupo inglês HSBC. A requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), a comissão pediu ao Banco Central documentos detalhados sobre o caso Bamerindus, depois de ouvir denúncia de Andrade Vieira de que teria havido má gestão do banco sob intervenção do BC.

A CPI investiga o Proer na tentativa de



Jader Barbalho pretende esclarecer caso Bamerindus

saber por que o sistema financeiro nacional continua frágil depois de receber mais de R\$ 20 bilhões para sua reestruturação.

Os senadores da comissão devem debater uma fórmula que leve os bancos oficiais (BB, CEF e Banespa) a liberar as garantias de frações de terrenos ou de prédios em construção que a Encol deu como garantia

para tomar empréstimos bancários. Apesar de as frações pertencerem aos mutuários da ex-construtora, eles estão impedidos de continuar as obras por conta própria enquanto os bancos estiverem com as garantias.

A intenção de negociar a liberação das garantias foi divulgada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), após a série de depoimentos à CPI de funcionários e ex-funcionários do Banco do Brasil que participaram de alguma forma da concessão de financiamentos à Encol, antes de sua falência.

CAE examina redução de ICMS para transporte interestadual

Uma extensa pauta de 17 itens deverá ser examinada e votada pelos senadores que compõem a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por Ney Suassuna (PMDB-PB), em reunião marcada para hoje, às 10 horas. O primeiro item da pauta é o projeto de resolução que reduz de 12% para 5% a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e sobre a prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações com veículos automotores de passageiros.

O projeto é de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e o relator da matéria, José Fogaça (PMDB-RS), decidiu remeter o assunto para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O segundo item da pauta engloba três projetos de lei da Câmara, que dispõem sobre transferência de recursos federais para programas de alimentação escolar, municipalização da merenda escolar e o Programa Nacional de Apoio à Infância, que amplia a concessão de benefícios da merenda escolar.

CE aprecia projetos que beneficiam crianças

Na primeira reunião do semestre, marcada para hoje, a Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), analisa pareceres a três projetos que beneficiam as crianças. Além dessas propostas, a comissão tem outros 27 itens na pauta, incluindo sete projetos de decreto legislativo renovando atos de concessão e permissão para emissoras de rádio.

A primeira das propostas que favorecem as crianças, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), determina a veiculação, por emissoras de rádio e televisão, de programação educativa específica para esse público. O projeto, terminativo na CE, já tem parecer favorável do senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

As crianças e adolescentes desaparecidos são preocupação dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Marluce Pinto (PMDB-RR). O projeto do senador da



Freitas Neto preside a comissão, que terá pauta de 27 itens

bancada capitava quer obrigar rádios e TVs a destinar dois minutos na programação diária para a divulgação de informações sobre menores com paradeiro desconhecido.

Em sua proposta, Marluce tem como objetivo incentivar os meios de comunicação e transporte a publicar fotografias com identificação de crianças e adolescentes desaparecidos. Ambas as propostas, que têm decisão final na CE, já receberam pareceres favoráveis dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Amir Lando (PMDB-RO), respectivamente.

Três aeroportos podem mudar de nome, dependendo da decisão da CE. O Aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió, pode ganhar os nomes de Zumbi e Dandara, segundo proposta da senadora Heloísa Helena (PT-AL). Já o nome do deputado Ulysses Guimarães pode, por iniciativa do senador Pedro Simon, ser incluído na denominação do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Em construção, o aeroporto internacional de Rio Branco, no Acre, deve homenagear, segundo proposta do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), o senador Oscar Passos. As três proposições também já contam com o aval de seus relatores.